

FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO: ECOSSOCIOECONOMIAS COMO ALTERNATIVA PARA PENSAR O BEM VIVER: ENTREVISTA COM CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO

Sandro Benedito Sguarezi*
Liliane Cristine Schlemer Alcântara**

O professor Carlos Alberto Cioce Sampaio atua nos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e em Governança e Sustentabilidade do Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul (ISAE). Colabora com os programas em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat), este localizado na Amazônia legal. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq, coordenador dos Núcleos de Ecosocioeconomia (NEcos) e em parceria o de Políticas Públicas (NPP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Vice-presidente da *Fundación Manfred Max-Neef* (Chile). Foi coordenador, entre 2016 e 2018, e coordenador adjunto, de 2012 a 2016, da Área de Ciências Ambientais, como também membro do Conselho Técnico Superior (CTC) ampliado, no período 2016 – 2018, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES).

A entrevista aconteceu no dia 09/07/2021, entre as 06:00 e 09:00h, via Google Meet. Foi organizada pelo Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi. Participaram dela os seguintes entrevistadores:

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi – UNEMAT – PPGCA;

Prof^a. Dr^a. Liliane Cristine Schlemer Alcântara – UFMT - UNEMAT – PPGCA;

Prof^a. MSc. Evely Bocardi de Miranda;

Prof^a. Dr^a. Sonia Aparecida Beato Ximenes De Melo.

* Professor Adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Tangará da Serra-MT/Curso de Administração. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc – nível Mestrado da UNEMAT. Coordenador da Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS). E-mail: sandrosguarezi@unemat.br / sandrosguarezi@gmail.com.br.

** Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da UNEMAT. E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br.

A entrevista ocorreu para atender a proposta do Dossiê temático: Democracia, Ambiente e Sociedade – DAS: Desafios a Sustentabilidade, no Eixo temático 1: POLÍTICA PÚBLICAS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – BEM VIVER. O Dossiê foi idealizado no âmbito da disciplina obrigatória: Ciências Sociais e o Desenvolvimento Regional, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e realizada por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional Sustentável (GDRS) e do Grupo de Pesquisa Alternativas ao Desenvolvimento, Inovação e Sustentabilidade (GPADIS). Porém, sua publicação foi adiada para o atual número.

SANDRO BENEDITO SGUAREZI - A problemática socioambiental postula uma mudança de paradigma que tem como base de sustentação uma racionalidade alternativa aos grandes conflitos da sociedade moderna. Esses conflitos são traduzidos e resumidos pela difícil relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A mudança de paradigma está no fato de inserir a sustentabilidade socioambiental como critério de desenvolvimento. A problemática socioambiental postula também outra abordagem epistemológica por intermédio da visão sistêmica e da atuação interdisciplinar, apoiada numa mudança moral e ética (FERNANDES; SAMPAIO, 2016).

Diante disso, o senhor poderia falar para os leitores da Revista GeoPantanal sobre a importância da questão interdisciplinar e transdisciplinar entre ciências sociais, ciências ambientais e desenvolvimento?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Primeiramente, agradeço o convite. É um prazer estar aqui com Sandro, Liliane, Sônia e Evely. O texto a que se refere a pergunta, Fernandes e Sampaio (2016), é uma versão atualizada de um artigo publicado em 2009, inclusive, é um dos que estão na relação dos mais baixados no sítio eletrônico da revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR). O texto indaga sobre os supostos momentos históricos que ocorreram a ruptura entre a dinâmica social e ecológica. Antes de mais nada, não confundir dimensão ambiental com ecológica, como que se designassem sinônimos. Concorde-se que há vício de linguagem. Ambiental refere-se a uma leitura antropocêntrica da natureza, enquanto a ecologia compreende o homem, como mais uma de muitas espécies animais existentes, a partir da natureza. Eu aprecio o uso do termo socioecológico por seu caráter formativo e que reforça a conectividade homem e natureza.

Destaca-se que a interdisciplinaridade em ciências ambientais contribui na compreensão dos limites da visão antropocêntrica. A área de Ciências Ambien-

tais, ainda que considere a dimensão ambiental como unidade de análise, mesmo porque não poderia ser diferente, ela atua para denunciar e, então, desfazer a coisificação da natureza, pois a natureza é sujeita de direitos.

O texto revela a crise do projeto civilizatório, na qual dissocia homem e natureza. A pandemia de Covid-19 ilustra tal crise e que de certa maneira não foi surpresa, diante da redução de ambientes naturais que vivem espécies animais silvestres. O que fez com que elas se aproximassem de aglomerados humanos, inclusive, levando-as a compor o cardápio alimentar humano.

O que ilustra a conectividade entre dinâmicas sociais e ambientais, o que remete a denominação socioambiental. Trata-se de uma dinâmica única.

Liliane, Paulo Freire Vieira e eu temos um texto publicado (SAMPAIO; ALCÂNTARA; VIEIRA, 2022). Esse trata sobre desenvolvimento, melhor, Bem Viver e Pandemia. Tal publicação possui a autoria de três gerações de pesquisadores. Paulo foi meu professor e eu de Liliane. Paulo Vieira, ainda que tenha luz própria, representa as ideias mais vanguardistas de Ignacy Sachs, referência no tema do ecodesenvolvimento, ecossocioeconomia e desenvolvimento territorial sustentável.

Este texto novo que me refiro, traz outro tema que ajuda a complementar a resposta da pergunta que me foi feita. Além de pesquisa interdisciplinar, mas como também pesquisa transdisciplinar, ambas contribuem em desvendar experiências em curso que podem servir como pedagogia para melhor ilustrar a conectividade entre dinâmica cultural e ambiental. Refere-se a modos de vida, produção e de conhecimento tradicionais, que aliam desenvolvimento e ambiente, e que sugerem aprendizados aos estilos de vida urbanos, esses mais associados às causas estruturais das mudanças climáticas e desigualdades sociais que compõem o atual projeto civilizatório.

A partir da segunda lei da termodinâmica, evidencia-se ainda mais a dependência que os sistemas culturais têm dos sistemas ecológicos. Não se recicla energia, perde-se qualidade dessa em cada um dos processos de transformação que ela sofre (GEORGESCU-ROEGEN, 1971). O que de certa maneira diminui a esperança nos chamados recursos renováveis.

Portanto, a transdisciplinaridade de certa maneira possibilita ampliar o rol de saberes e de conhecimento, inclusive os reconhecidamente científicos. O que a ciência não reconhece como conhecimento, não implica dizer que tal fenômeno não exista. O argumento, talvez, mais convincente seria dizer que ainda não há instrumento cabível para validá-lo.

SANDRO BENEDITO SGUAREZI - Professor Sampaio, na sua resposta anterior o Senhor acabou antecipando de certa forma as próximas perguntas, ainda que caiba complementações. Tratou-se em relação às vulnerabilidades socioambientais ou, senão, socioecológicas, da importância da indissociabilidade entre sistemas culturais e ecológicos, e dos modos de vida, produção e de conhecimentos. A respeito ainda de Fernandes e Sampaio (2016), vocês apontam: “[...] pode-se afirmar que vivemos numa época de crises e que, embora não se possa afirmar ao certo seu futuro, pode-se dizer ao certo sua origem: uma profunda crise de valores, de conceitos e de projetos, da qual a crise ambiental é uma das maiores expressões”. Como o Senhor percebe as Ciências Ambientais e sua importância para dar resposta às mudanças climáticas, já que as Ciências Ambientais é eminentemente inter e reconhece a transdisciplinaridade?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - As Ciências Ambientais (CiAmb), enquanto área de conhecimento da CAPES, surge no ano de 2011, portanto, está completando 10 anos. Inclusive, saiu recentemente publicado o resultado de um concurso para selecionar um logotipo diante desta comemoração (10AnosCiAmb.unesc.net). O documento da Área, texto esse que parametriza as ações da Área, traz a definição de ciências ambientais, que trata exatamente da interconectividade da dinâmica cultural com a ecológica, como me referi anteriormente. Considero a CiAmb como ciências aplicadas, ou seja, uma ciência que cria alternativas de solução de problemas. Não implica dizer que se reconheça mais a prática em relação a teoria. O que destaco é que se trata de uma ciência cidadã. Paraphrasing Kurt Lewin (1951): *não existe nada mais prático do que uma boa teoria* (p. 169).

A exemplo de ilustração da aplicação da CiAmb, se identificarmos as palavras-chave a partir das linhas de pesquisa ou de atuação respectivamente dos programas acadêmicos e profissionais, temos quatro grandes temas, na ordem de maior incidência: (i) Tecnologia, Modelagem e Geoprocessamento; (ii) Políticas Públicas Ambientais, Gestão e Planejamento; (iii) Desenvolvimento, Sustentabilidade e Meio Ambiente e; (iv) Uso de Recursos Naturais.

Outro ponto a destacar da Área da CiAmb, é a sua preocupação quanto à importância que os programas de pós-graduação possuem enquanto considerados Impacto na Sociedade, ou seja, impacto que esses ocasionam no território. O próprio campus da Unemat, em Cáceres, no interior do Mato Grosso, é exemplo disso. Para que os programas não fiquem todos centralizados nas capitais. A CiAmb é uma das áreas que mais possuem programas interiorizados. Estamos nas 27 unidades federativas do Brasil. Considera-se que um programa, ainda que não tenha nota equivalente a “5”, “6” e “7”, quando estão em territórios interiorizados, tornam-se estratégicos.

LILIANE CRISTINE SCHLEMER ALCÂNTARA – No prefácio do livro: “Democracia, ambiente e sociedade: ciências ambientais, ciências sociais, interdisciplinaridade e desenvolvimento regional” o senhor afirma que a obra trata de problemática adequada, na qual concilia sistemas culturais e ecológicos, o que merece evidência no sentido de avançar o diálogo que se estabelece na ocasião que considera o desenvolvimento eminentemente em bases antropocêntricas. Isto é: a ideia de progresso reduzido, na maioria das vezes, a um cálculo de benefícios econômicos de curto prazo, o que se entende por tempo geracional, que pode sugerir um intervalo temporal de 72 anos (citando dados do PNUD), sobre prejuízos socioambientais de médio e longo prazos, que perpassa por uma escala temporal intergeracional. Isto posto, como o conceito sistêmico de desenvolvimento pode cooperar para problematizar essa questão? Da intergeracionalidade?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Agradeço a pergunta da Liliane. Esse texto foi escrito, originalmente, em um livro que se intitula *Ética Socioambiental*, publicado em 2019, em parceria com os bons amigos Luciano Florit, meu colega no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), e Arlindo Philippi Jr., catedrático do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP), vinculado também à Escola de Saúde Pública.

Ainda que se tenha visões de mundo das mais variadas, mesmo entre as antropocêntricas, prevalece talvez a mais reducionista de todas, a que privatiza ganhos de curto prazo e socializa prejuízos de médio e longo prazo. Estabeleci a média de 72 anos por ser o resultado entre a expectativa de vida, entre homens e mulheres, nos 193 países signatários das Nações Unidas, segundo o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (UNDP, 2020a). Claro que existem discrepâncias. Para exemplificar os efeitos mais perversos da desigualdade social, os países com maior e menor expectativa de vida, Hong Kong com 84,9 anos (aumentou 8 meses em relação à edição anterior do relatório) e República África Central com 53,3 anos (na versão anterior era Serra Leoa com 52,2 anos) possuem renda, PIB e IDH inversamente proporcional. Ainda que pudesse ter tais discrepâncias em outros períodos históricos, é convidativo dizer que ao redor de 50 anos remete a expectativa de vida da Idade Média.

Considerando que a criação do Universo levou cerca de 15 bilhões de ano; o planeta Terra ao redor de 5 bilhões de anos; a vida animal e vegetal 2,5 bilhões de anos; dinossauros 400 milhões de anos; répteis 300 milhões de anos; mamíferos 200 milhões de anos; antropoides (primeiros primatas) próximos de 10 milhões de anos; homínídeos (primeiros humanos) 4 milhões de anos, homo sapiens (ho-

mem atual) entre 150 e 50 mil anos; civilização (cidade e Estado) cerca de 10 mil anos; filosofia (grega) 2.500 anos; Ciência tal como conhecemos ao redor de 500 anos; 72 anos parece ser insignificante. Essa visão antropocêntrica de curto prazo, diante da publicação do sexto e último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (sigla em inglês IPCC), somado a desigualdade estrutural e a crise pandêmica (espera-se que a próxima demore a vir) nos levará ao risco de perder ainda mais habitabilidade.

No entanto, o otimismo passa a prevalecer na ocasião que a visão progressista, ecocêntrica, na qual se reconhece a interconectividade socioecológica, bem como a Ciências Ambientais endossa, apresentando elementos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

SONIA APARECIDA BEATO XIMENES DE MELO - Professor, como o senhor caracteriza o conceito de ecodesenvolvimento e outras alternativas para o enfrentamento da crise socioambiental contemporânea?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Agradeço também pela pergunta Sonia. De certa forma, o último parágrafo da resposta da pergunta anterior, introduz o que quero sugerir. Ecodesenvolvimento precede o próprio termo desenvolvimento sustentável (DS), tendo uma acepção mais substantiva do que DS. Entretanto se reconhece a importância do conceito de DS, que é de garantir que as gerações futuras tenham os mesmos direitos de qualidade do desenvolvimento que nossa geração possui. Considera-se um avanço significativo no início da década de 70. Ecodesenvolvimento surge a partir de esforços da equipe do *Centre International de Recherche sur l'environnement et le Développement* - CIRED, liderada por Ignacy Sachs, professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, sediado em Paris. O ecodesenvolvimento propunha mudanças nos estilos/modos de vida, um conceito que, até então, era progressista para aquela época, questionando os pilares das economias de crescimento, baseada na sociedade de consumo, como que felicidade pudesse ser comprada. Inclusive, questionava-se a definição de tempo produtivo, como que esse pudesse ser restrito a trabalho remunerado, como que na vida não houvesse outras formas de trabalho, como público, comunitário, doméstico e familiar.

O que remete, como dito, a uma crise de projeto civilizatório. As economias de crescimento provocam um cenário ecossocioeconômico contemporâneo desolador. Baseado em dados dos informes *Human Development Indices and Indicators 2019* (UNDP, 2020a; 2020b), 20% da população do planeta concentra 66% da renda bruta. Ou, então, que 41% da população concentra 15% da renda bruta. Ainda que haja países com “muito alto IDH”, entre eles existem Índices de Gini significativamente

elevados, o que sugere desigualdade social, como os Estados Unidos (0,414: com o 17º IDH), Chile (0,440: 43º: o maior IDH da América do Sul), Argentina (0,414: 46º). Infelizmente, no grupo de países com “IDH alto”, o Brasil é o segundo com o pior Índice de Gini (0.539), e África do Sul sendo o primeiro (0,630).

Ainda se não bastasse tais assimetrias, os mesmos 20% da população que representam os Países com “muito alto IDH”, concentram 60% do lançamento de dióxido de carbono (CO₂) em toneladas de todo planeta. Houve acréscimo de 3% em relação à edição anterior. Em compensação diminuiu 3% para os países com “IDH alto” e mantendo-se o percentual para dos demais grupos de países. A notícia mais alentadora é que a produção de dióxido de carbono diminuiu em 1,4 toneladas per capita ano em relação à edição anterior do relatório. 49% da população que representa os países com “médio IDH” e “baixo IDH” correspondem ao lançamento de 11% de CO₂. Baseando-se na tendência do cenário evidenciado, se Índia, que atualmente representa 18% da população mundial¹, escalar posições, saindo da classificação de países de “médio IDH” e alcançando “alto IDH”, proporcionalmente significaria aumento na emissão de dióxido de carbono.

Concluindo, o que se convencionou a chamar de desenvolvimento, mas parece mau desenvolvimento.

EVELY BOCARDI DE MIRANDA - Professor Sampaio, na relação indissociável entre sistemas sociais e ecológicos, o Senhor trabalha no enfoque das ecossocioeconomias. Como ocorre a interlocução da noção de eco e da socioeconomia nas dinâmicas sociais e organizações produtivas?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Agradeço a pergunta instigante Evely. Trata-se de um “calcanhar de Aquiles” que precisa ser tratado. Estou preparando um estudo/curso/texto, aliás muito ambicioso, sobre um tema relativamente novo: Ecosocioeconomia Empresarial. Ele engloba dois movimentos significativos na seara do mundo “business”: Responsabilidade Sócio Corporativa (CSR na sigla inglês) e Práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ESG na sigla inglês). Prejulga-se, normalmente, com desconfiança, uma iniciativa que surja do mundo organizacional, sobretudo empresarial, por ser ator protagonista da dinâmica capitalista e economia de mercado.

Como administrador que sou, ainda que confesso ter uma trajetória única, me faz trafegar com certa naturalidade sobre o tema. Realizei minha graduação na PUCSP, universidade considerada com tendências progressistas. À época, havia

¹ A Índia possui, em 2019, uma população de 1.366.400. Estima-se que, em 2030, terá 1.503.600, ultrapassando a população chinesa que atualmente é a maior, com 1.433.800 habitantes, mas que daqui há 10 anos será de 1.464.300 (UNDP, 2020b).

um projeto político pedagógico (ciclo básico) que possibilitava realizar disciplinas das humanidades e interagir com estudantes de todos os cursos. Além disso, nas duas disciplinas específicas do primeiro ano, teoria geral da administração I e II, as referências bibliográficas básicas eram respectivamente Capital volume I e II, além do volume III ser literatura complementar. Trabalhei no mercado financeiro, farmacêutico e editorial, ocupando funções de um jovem administrador executivo, além de ser sócio proprietário de uma microempresa, com visão também progressista (estipulando horário flexível de trabalho para estudante; financiamento de casa e carro, com juros de caderneta de poupança, para os talentos humanos; participação nos lucros, inclusive facilidades para tornar-se sócio proprietário), atuando na distribuição de publicações.

Esta trajetória de certa maneira me fez ser otimista, ainda que me considere realista. Como pesquisador da área interdisciplinar e transdisciplinar em ciências ambientais, me dou conta da transitoriedade em curso, entre a visão de mundo decadente, representada pelas chamadas economias de crescimento, e outra em torno do movimento da sustentabilidade que evidencia a dinâmica socioambiental. Ainda que se reconheça que os processos de tomada de consciência das pessoas aconteçam desde perspectiva de tempos dos mais variados, entre lentos (quase inexistentes) e rápidos.

Faço um parêntese para explicar a transitoriedade. Ainda que seja um termo não tão difundido, remete a compreensão que, provavelmente em tempos em tempos, vive-se uma encruzilhada, como apontam as teorias em torno do materialismo dialético de Marx e Engels (1999), sociologia formal de Simmel (1950), do paradigma de Kuhn (1970) e do terceiro incluído de Nicollescu (1999).

Ainda que seja difícil apontar algo positivo da Pandemia de Covid-19, me parece que o processo de tomada de consciência, como mencionado anteriormente, em determinados temas, pode ter-se acentuado.

Mais consumidores responsáveis se deram conta da importância de se incluir atores com desvantagens na dinâmica da economia de mercado, reforçando a atuação das economias mais solidárias. Deu-se conta da existência de experiências em curso, chamadas ecossocioeconomias, que trazem elementos de uma racionalidade socioambiental que parametriza a lógica instrumental a partir de uma conduta moral de padrão ético.

A crise contribuiu para desnudar a desigualdade social estrutural, anteriormente comentada que remete o Brasil, América Latina e o planeta.

Portanto, o consumo pode ser visto de maneira crítica, o que ocasiona modos de produção mais responsáveis também. De certa maneira, todos nós, mesmo as

organizações, somos produtores e consumidores ao mesmo tempo. Ainda que se reconheça que a economia de mercado, conseqüentemente, a sociedade de consumo sejam modos hegemônicos, a Pandemia evidenciou a importância de outras (ecossocio)economias. O mundo empresarial, corporativo, deu-se conta que para existir economia de mercado, antes de tudo, é necessário ter pessoas saudáveis.

A desigualdade social faz diminuir a capacidade de consumo das pessoas. A chamada classe média (ainda que se reconheça a polissemia do termo), em tempos mais recentes, nunca tenha sentido antes tamanha crise, o que não era novidade para as classes mais vulneráveis, pois essas sempre foram afetadas por qualquer anormalidade.

É importante diferenciar um movimento empresarial mais progressista, que se está considerando como mais responsável, do chamado *Greenwashing*, mais alinhado a uma economia “verde”, com repertório mais cosmético, reducionista, que se vale para sobreviver em tempos difíceis. A RSC/ESG baseiam-se em nova visão de mundo, paradigmática, que reconheça os limites da concepção da economia de mercado e da sociedade de consumo, desconectadas do compromisso de se um Planeta habitável.

SANDRO BENEDITO SGUAREZI: Como o senhor conceitua arranjos socioprodutivos de base territorial sustentável? E qual a importância desse conceito como alternativa ao modelo de economia de mercado e sociedade de consumo hegemônicos?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Que bom que fez esta pergunta Sandro. Vou parafrasear um trabalho de minha autoria em conjunto com minha colega, professora Luciane Santos, apresentado recentemente no X EnANPPAS. Na ocasião que se trata de ecossocioeconomias das organizações, o termo arranjo socioprodutivo de base territorial sustentável refere-se a governança microescalar (comunitário, distrital, municipal e microrregional), atributo das economias mais inclusivas (economia popular, economia solidária, economia de vizinhança e economia de comunhão), revelando modos de produção artesanal, dispondo-se de elos tanto verticais (entre fornecedores, produtores e consumidores) como horizontais (entre organizações de apoio, produtores e terceirizados), normalmente com graus de formalização mais simplificados do que as cadeias produtivas sustentáveis (SAMPAIO; SANTOS, 2021).

Cabe ressaltar que as cadeias produtivas sustentáveis requerem governança macroescalar (local, regional, nacional e internacional), característica da economia de mercado, isto é: modos de produção industrial. Governança refere-se a gestão

interorganizacional, na qual compreende arranjos institucionais estabelecidos com governo e o Estado, na esfera política, e entre organizações produtivas, na esfera socioeconômica (PROCOPIUCK; SOUZA; SAMPAIO, 2020).

Os arranjos socioprodutivos podem ser considerados como políticas sistêmicas que fomentam a geração de trabalho e renda, essa última bem distribuída. Sob a concepção da ecossocioeconomia empresarial, os arranjos podem ser incorporados pelas cadeias produtivas, dando vigor e visibilidade a formas diversas de economia. No entanto, há que se atentar aos riscos de cooptação das economias menos consolidadas pela lógica hegemônica do mercado, na ocasião em que não se tem um enfoque educativo, formativo, substanciado na possibilidade real de vida associada.

Como Liliane sabe muito bem, ela realizou estágio de doutorado sanduíche na Universidad de Mondragon, Estado Espanhol, desdobramento da experiência enigmática homônima, no qual seu protagonista, o cúria, José María Arizmendiarieta, dizia: “antes de se criar cooperativas, há que se possa ter homens e mulheres cooperativos”.

LILIANE CRISTINE SCHLEMER ALCÂNTARA – Próxima pergunta, embora perceba que ela tenha sido respondida em parte quando foi perguntado sobre ecodesenvolvimento e outras alternativas, mas acho que dá para complementar Professor Sampaio - Qual a importância da participação *botton up* (de baixo para cima) em associações e cooperativas autogestionárias em projetos alternativos de desenvolvimento?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Eu também concordo que em parte ela foi respondida, mas dá para fazer algumas complementações. Primeiro de tudo, eu resgataria a importância de um processo de formação/educação para o associativismo e cooperativismo, antes mesmo de se criar tais organizações, como mencionado por Arizmendiarieta. Primeiro as pessoas se associam socialmente para que, depois, possam de fato cooperarem economicamente. Ou seja, tomando como exemplo uma cooperativa, antes que ela seja resultado de uma política de geração de trabalho e renda, deveria ser ocasionada, anteriormente, por um projeto político pedagógico formativo.

Dou como exemplo. Me recordo que participava, anos atrás, de uma reunião coordenada por uma instituição que protagonizou o empreendedurismo, muito bem-intencionada, e que promovia a geração de trabalho e renda. Na época, eu coordenava uma ONG, que se não me engano existe até hoje, Laboratório de Gestão de Organizações para o Ecodesenvolvimento - Instituto LAGOE. Como

comentei, compartilho com a proposta em torno do Ecodesenvolvimento. Aliás, fui aluno do prof. Ignacy Sachs e orientado por ele em estágio de doutorado *sandwich*, realizado em 1997, na *École de Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris.

Para que se entenda o contexto, a reunião se referia a respeito de um trabalho que vinha sendo realizado na Microbacia do Rio Sagrado, município de Morretes, considerado na época uma zona de experimentação de boas práticas ecossocioeconômicas. Aliás, Liliane conhece bem, pois foi uma das unidades de análise de sua tese, além da Cooperativa de Mondragón.

Um casal de sócio empreendedores, artesãos, com duas filhas, e que estava prosperando, felizes, foram indagados pelo representante da tal instituição se eles teriam interesse de aumentar a escala de produção. O casal reconheceu de pronto as boas intenções do interlocutor, no entanto respondeu que não, porque se correria o risco de eles não darem a atenção devida a suas duas filhas. Como já escutei uma vez do professor Manfred Max-Neef, tratando a respeito de uma verdadeira aula de antropologia cultural. Posso dizer que naquele momento também tive um bom exemplo. Os desafios da vida não se resumem puramente em prosperar economicamente, tal como a sociedade de consumo sugere. A economia deve servir a vida e não a vida servir a economia.

Fiquei muito emocionado naquele momento e me dei conta que nosso trabalho à frente da ONG referia-se a um projeto de educação antes de mais nada.

Para isso, convido os leitores a tomarem contato com uma publicação (PELLIN *et al.*, 2013) que sintetiza os relatórios de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações e tese, todos realizados no Rio Sagrado. Como me referi, primava por um enfoque de educação para o ecodesenvolvimento. Soube, depois, que uma dúzia de estudantes, filhos do território “comunidades em torno do Rio Sagrado”, concluíram seus cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior da região, com destaque na Universidade Federal do Paraná, campus Matinhos. Aliás, não se tem dúvida que a universidade, ainda que não seja isenta de críticas, trata-se de um lugar de oportunidades.

Recorda-se, claro, que o processo educativo/formativo não se restrinja apenas a sala de aula. Daí a importância de se destacar a curricularização da extensão. Este trabalho no Rio Sagrado pode ter representado um marco na vida de tantos estudantes como também nos membros comunitários envolvidos. Ou seja, conhecimentos, saberes não estão restritos entre os muros das universidades.

SONIA APARECIDA BEATO XIMENES DE MELO - A pergunta que vou fazer para o Professor Sampaio, também foi respondida em sua boa parte. Como se

relacionam as práticas socioeconômicas com a sustentabilidade? Poderia citar mais exemplos de ecossocioeconomias.

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Eu venho trabalhando há mais de 20 anos com o termo ecossocioeconomias, que é um termo que talvez não tenha tanta visibilidade como desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento e outras terminologias.

Apresento uma síntese de experiências que considero de vanguarda, entre outras, que vem sendo apontadas como de ecossocioeconomias das organizações, que atendem a três características comungadas: (i) funcionam enquanto redes organizadas, arranjos e cadeias socioeconômicas e sociopolíticas; (ii) beneficiam não apenas as organizações que compõem a rede, mas também o território de maneira a promover o bem viver humano e a conservação da natureza e; (iii) presença de uma extrarracionalidade, inspirada e reconhecida no território, que lhe confere componente cognitivo, e que se vale também de lógica instrumental (diferentemente da vertente utilitarista e economicista) necessária para que ações sistematizadas promovam o bem comum (SAMPAIO, 2010; PARKS; JOIREMAN; LANGE, 2013; SAMPAIO; ALVES, 2019; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2019).

O conceito teórico de “decrecimento” como mencionado, possibilitou um movimento em torno das *Trasitions town*. Portland, principal cidade do estado de Oregon (EUA), publicou há 15 anos um documento se comprometendo a alcançar tais desafios para realizar a transitoriedade para um projeto de civilização de base sustentável. Destaca-se uma política pública sistêmica, na qual correlaciona entre outras ações: (a) mobilidade integrada, na qual o transporte ativo, uso da bicicleta (com 520 km de ciclovias) e caminhada possuem protagonismo; (b) educação para sustentabilidade, em todos os níveis de ensino; (c) uso e estímulo de tecnologias apropriadas pela administração pública para diminuição da pegada ecológica; (d) promoção da alimentação saudável, oriunda de produção agroecológica, na qual fomenta circuitos curtos de comercialização que aproxima agricultor e consumidor (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2021).

Como desdobramento do *Slow Movement*, tem-se a experimentação das *Slow Cities*, literalmente designadas como cidades lentas. Ilustra-se a experiência de Bolzano, localizada na região de Trentino-Alto **Ádige** (Itália). O governo municipal tomou à frente na iniciativa de implementar, há 20 anos, uma secretaria de política temporal, na qual se instalou uma plataforma de gestão sistêmica do tempo da cidade de maneira a encontrar soluções apropriadas ao território para problemas comuns, como por exemplo: (i) expandiu-se o horário de funcionamento do comércio e serviços nos dias de semana para que as pessoas não precisassem utilizar

o sábado para realizar compras, permanecendo com mais tempo para convívio familiar aos finais de semana; (ii) utilização do conceito “banco do tempo” como moeda de troca entre serviços amadores e profissionais; (iii) transferiu-se o horário de entrada nas escolas para que os pais pudessem ter mais tranquilidade nos preparativos matinais das crianças (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2019).

Quanto a *Ecovillage*, apresenta-se a experiência de Findhorn, localizada na região de Moray (Escócia), criada há mais de 60 anos. A experiência está institucionalidade como uma Fundação, com 210 sócios, valendo-se de prática democrática. A Fundação governa uma comunidade de mais de 200 pessoas, cujas famílias vivem em dezenas de casas, utilizando soluções regenerativas do ambiente, por meio de *design* permacultural, como edificações ecologicamente construídas, com sistema de tratamento de efluentes domésticos e energia fornecida por turbina eólica. Constitui-se de uma cadeia curta de comercialização, entre agroecologistas e consumidores. Existem negócios locais e valem-se de moeda social (TURBAY; FREITAS, 2015).

Em relação ao Turismo de base comunitária, cita-se a experiência da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, com sede no município de Santa Rosa de Lima, em Santa Catarina (Brasil). Iniciou-se há mais de 20 anos, inspirada na Rede francesa *Accueil Paysan* que, inclusive, veio a se integrar a ela. Trata-se de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável em municípios da região das Encostas da Serra Geral. Envolve 180 famílias de pequenos agricultores familiares que hospedam turistas em suas propriedades de maneira que possam compartilhar o modo de vida campesino agroecológico. Há predominância de pequenas agroindústrias que utilizam de tecnologias apropriadas, com marca própria reconhecida. Atualmente, a experiência expandiu-se para outras localidades, transformando-se em projeto demonstrativo nacional (SAMPAIO, 2010).

Na modalidade Responsabilidade Socioambiental Corporativa, a associação cooperativa de produtores e consumidores *Moscow Food Co-op* destaca-se, tendo como missão constituir um sistema de alimentos e bens socioambiental responsáveis. Com sede na cidade Moscow, estado de Idaho (EUA). Criada há quase 50 anos, possui 7.800 associados que constituem cadeias curtas de alimentação agroecológica, na qual se estabelece distância geográfica apropriada para participar, evitando pegada de carbono. Um mercado físico socioambiental amigável protagoniza o arranjo socioproductivo e institucional estabelecido, servindo também como centro de irradiação de práticas de educação ambiental sistêmica (com enfoque do ecodesenvolvimento), com crianças, jovens e pais, como por exemplo enfocando alimentação saudável, logística reversa, energia renovável e consumo crítico. A experiência possui o selo *B Lab's (B the Change)*, certificação de cumprimento

de normas de desempenho socioambiental, responsabilidade e transparência (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2019).

EVELY BOCARDI DE MIRANDA - A Teoria do Bem Viver e a Teoria do Desenvolvimento à Escala Humana são consideradas alternativas ao desenvolvimento. Como o Senhor é um estudioso desses temas, nós gostaríamos de saber, quais são suas diferenças e particularidades?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Eu me sinto constrangido de responder a esta pergunta, diante de uma especialista no tema que é a professora Liliane. Tive a sorte de tê-la supervisionado em um estágio intenso de pós-doutorado, motivando-a sobre a importância de pesquisar o tema. O que poderia dizer, por falsa modéstia, que tenho boa capacidade de identificar talentos, como Liliane.

Bem Viver, na sua principal corrente, refere-se a um pensamento com sustentância própria, latino-americano, que se refere a uma cosmovisão de povos originários andinos. Seu significado, nos mais variados idiomas indígenas, remete a viver em plenitude no território. Me baseando em uma publicação de Hidalgo-Capitán (2011), há ainda duas outras correntes. A segunda remete a visão estadista, a exemplo de políticas de bem-estar social, tipo europeu, com visão sistêmica, integrativa, de desenvolvimento. A terceira de vertente pós-desenvolvimentista, na qual predomina uma filosofia ecocêntrica, socioecológica, tal como o desenvolvimento à escala humana sugere.

Desenvolvimento à escala humana versa sobre uma teoria original do professor Manfred Max-Neef, contando com a contribuição de dois outros professores, Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn, agraciada com o *The Right Livelihood Award* (1983). Para Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2012), desenvolvimento implica garantir as possibilidades que as pessoas tenham de satisfazer adequadamente às suas necessidades humanas fundamentais - sobrevivência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Estas necessidades são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos, o que realmente altera são os modos de satisfazê-las. As formas de satisfação das necessidades são denominadas por "satisfatores" e são estes os que mudam em cada sistema econômico, político ou social e estão culturalmente determinados. Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2012) apontavam a possibilidade de a transcendência configurar-se como décima necessidade humana, no entanto ainda não a considerava como universal, mas com potencial para isso, diante do desencanto do projeto civilizatório.

Além dos textos publicados até o ano de 2020, vem novidade por aí. Adiantou-se da publicação de um artigo, intitulado Bem Viver: repensando a criação de

novos modos de vida na era pós-Covid 19, junto com Liliane e Paulo Freire Vieira, que sairá provavelmente na Revista Desenvolvimento e Ambiente (UFPR). Outro texto que trata do Desenvolvimento à escala Humana, enfatizando os temas da atividade física, nutrição e artes, que se encontra na reescrita de nova versão, diante que se encontra em etapa de avaliação junto ao *Journal of Sustainable Development*. Refere-se a uma edição em homenagem ao saudoso professor Manfred Max-Neef, de autoria também de Liliane, Iransé Oliveira Silva, professor e educador físico da Unievangélica, que está realizando pós-doutorado comigo, Mauro Vicenzo Bona Cioce Sampaio, que está indo para o último ano do curso de nutrição, meu filho, e Paula de Alcântara, formada em artes e especialista em Museografia e Patrimônio Cultural, filha de Liliane. Um manuscrito que está sendo finalizado, ainda com título provisório, Ecosocioeconomias na encruzilhada do Antropoceno: uma perspectiva sistêmica-transdisciplinar, em coautoria com o prestigiado professor Paulo Freire Vieira, que foi submetido à Revista de História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC). Por último, ainda um manuscrito em elaboração, por múltiplas mãos, inclusive com membros da Fundação Manfred Max-Neef, além de mim, Liliane, Inãki Cebério e Clara Olmedo, ambos da Universidad Nacional de Chilecito (Argentina), Juan Carlos Skewes da Universidad Alberto Urtado (Chile), Luciano Felix Florit, colega da Universidade Regional de Blumenau, pretensiosamente ambicioso, que trata sobre a décima necessidade fundamental humana, conforme comentado no parágrafo anterior.

Agradeço uma vez mais a oportunidade.

Referências

- ALCANTÁRA, L.; SAMPAIO, Carlos. **Bem viver e ecosocioeconomias**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.
- ALCANTÁRA, L.C.S.; Sampaio, C. A. C. Decrescimento na perspectiva das cidades em transição: resiliência e ética socioambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.10, p.81 - 96, 2021.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. A natureza da problemática socioambiental. In: SILVA, S. D. e; SAYAGO, D./ TONI, F; CAMPOS, F. I. **Ensaio em ciências ambientais: crises, riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v.1, p. 153-166.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v.18, p.87 - 94, 2009.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge, Mass., EUA: Harvard University Press, 1971.
- HIDALGO-CAPITÁN, A. L. Economía política del desarrollo. la construcción retrospectiva de una especialidad académica. **Revista de Economía Mundial**, n. 28, p. 279-320, 2011.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LEWIN, K. **Field theory in social science**; selected theoretical papers. New York: Harper & Row, 1951.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. **Desenvolvimento à escala humana**: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: EdFurb, 2012.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999.

PARKS, Craig D.; JOIREMAN, Jeff; VAN LANGE, Paul AM. Cooperation, trust, and antagonism: How public goods are promoted. **Psychological science in the public interest**, v. 14, n. 3, p. 119-165, 2013.

PELLIN, V.; ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C.; SOUZA, C. M. M. A produção científica no litoral do Paraná: uma análise na zona de educação para o ecodesenvolvimento. *In*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2013, Santa Cruz do Sul (RS). **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2013.

PROCOPIUCK, M.; SOUSA, R. M.; SAMPAIO, C. A. C. Ecosocioeconomies and local development: experiences in an urban farmers market in the Brazilian Amazon. **The Journal of the Local Economy Policy Unit**, v. 35, n. 8, p. 808-830, 2020.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: EDIFURB, 2010, v.1. p.145.

SAMPAIO, C. A. C. **Prefácio**. *In*: SQUAREZI, Sandro Benedito (Org). Ambiente e sociedade no Brasil central: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora UNEMAT, 2019. 288 p. <http://oikoseditora.com.br/files/Ambiente%20e%20Sociedade%20no%20Brasil%20Central%20-%20e-book%20-%20FINAL.pdf>.

SAMPAIO, C. A. C.; ALCANTARA, L. C. S.; VIEIRA, P. H. F. Bem viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-covid-19. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 59, p. 162-181, jan./jun. 2022. DOI: 10.5380/dma.v59i0.74145.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K. **Ecossocioeconomias**: um conceito em construção *In*: Ecossocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis. Blumenau: EDIFURB, 2019, v.1, p. 15-34.

SAMPAIO, C. A. C.; SANTOS, L. C. R. Ecossocioeconomia empresarial: conciliando cadeia produtiva sustentável e arranjo socioprodutivo territorial. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ENANPPAS), 10., 2021, Campinas. **Anais [...]**, Campinas: UNICAMP, 2021.

SIMMEL, G. **The sociology**. New York: Simon and Schuster, 1950.

TURBAY, A. L. B.; FREITAS, L. C. B. **Experience of ecovillages for areas of environmental protection in the metropolitan area of Curitiba**. Curitiba: Disciplina Ecossocioeconomia e Governança, Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015.

UNDP, United Nations Development Program. **Human development reports**. New York: UNDP, 2020a.

UNDP, United Nations Development Program. **Human development reports**. New York: UNDP, 2020b.